

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

1. Contexto Operacional

1.a) Informações Gerais

A GEAP Autogestão em Saúde (doravante referida como “GEAP”, “Fundação”, “Entidade” ou “Operadora”) é operadora de plano de saúde na modalidade de autogestão sem fins lucrativos, classificada pela ANS, como autogestão multipatrocinada, constituída em 29 de setembro de 1945, sendo uma das operadoras mais antigas do Brasil. Por ser uma Entidade de autogestão na área de saúde suplementar, não visa lucro, tendo o seu rendimento reaplicado, assim melhorando o bem-estar social dos seus beneficiários.

A Fundação tem como objetivo a criação, administração e execução de planos de benefícios de natureza de assistência à saúde. Os recursos para consecução desse objetivo são obtidos por meio de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimento, sendo os recursos aplicados integralmente no País.

Considerando a necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos planos, a solvência e liquidez da Operadora para o exercício de 2019, o Conselho de Administração aprovou o custeio para os titulares e dependentes dos planos assistenciais, conforme RESOLUÇÃO/GEAP/CONAD N° 342, de 28.12.2018. Nos planos assistenciais as contribuições são calculadas conjugando faixa etária e faixa salarial.

Está em período conclusivo a elaboração do Planejamento Estratégico da GEAP para o quinquênio 2019 - 2023, que redefine a concepção estratégica da Fundação, com 18 novos objetivos estratégicos, 88 indicadores, 76 ações, mais de 500 projetos e atividades, com destaque para: o equilíbrio financeiro por meio da gestão da carteira de beneficiários, o aprimoramento dos produtos e serviços em busca da qualidade, a melhoria da gestão organizacional, a redução do custeio assistencial e a gestão de riscos financeiros e administrativos.

Ao término de 2018, a GEAP possui 140 convênios assinados, dentre os quais fazem parte desse público a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas respectivas autarquias e fundações de direito público, proporcionando uma carteira de 440.996 beneficiários em 2018 (466.054 em 2017), distribuídos em vinte planos de saúde.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

QUANTITATIVO DE BENEFICIÁRIOS POR PLANO	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
GEAPSAUDE	256.366	284.145	(27.779)	(9,78%)
GEAPFAMILIA	71.930	80.739	(8.809)	(10,91%)
GEAP CLASSICO	43.175	50.586	(7.411)	(14,65%)
GEAPESSENCIAL	22.209	26.490	(4.281)	(16,16%)
GEAPREFERENCIA	20.361	20.422	(61)	0%
GEAPSAUDE VIDA	16.008	2.971	13.037	439%
GEAP REFERENCIA VIDA	4.692	622	4.070	654%
GEAP Para Você DF	2.892	65	2.827	4349%
GEAP Para Você PE	1.115	2	1.113	55650%
GEAP Para Você AM	982	11	971	8827%
GEAP Para Você ES	354	-	354	0%
GEAP Para Você SC	224	1	223	22300%
GEAP Para Você MG	211	-	211	0%
GEAP Para Você MS	163	-	163	0%
GEAP Para Você RJ	141	-	141	0%
GEAP Para Você RS	65	-	65	0%
GEAP Para Você PB	46	-	46	0%
GEAP Para Você PR	44	-	44	0%
GEAP Para Você GO	12	-	12	0%
GEAP Para Você PA	6	-	6	0%
Total	440.996	466.054	(25.058)	(5,38%)

A receita (contraprestações) da GEAP está pautada na RESOLUÇÃO/GEAP/CONAD N° 269, de 21.12.2017, que normatiza a forma de custeio, sendo essa baseada na faixa etária e faixa salarial do beneficiário. Outra parte das contraprestações vem do valor *per capita* repassado pelos patrocinadores a título de compartilhamento da despesa assistencial de seus funcionários.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2019.

2.a) Direção Fiscal

Conforme determina a Resolução Normativa ANS n° 316/12, que dispõe sobre os regimes especiais de direção fiscal em operadoras de planos de assistência à saúde, durante o exercício de 2018, esteve em curso o regime de direção fiscal, que se refere a um mecanismo de






NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

monitoramento adotado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com vistas a verificar a existência de anormalidades que possam, eventualmente, colocar em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde dos beneficiários, por meio de um Programa de Saneamento - PROSAN.

Em 13 de dezembro de 2016, a aludida agência reguladora determinou a apresentação de um novo Programa de Saneamento - PROSAN, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da GEAP e entregue oficialmente pela Diretoria Executiva da Entidade ao Diretor Fiscal da ANS em 24.02.2017 através da CARTA/GEAP/DIREX/Nº 143/2017, de 23.02.2017.

Com prazo de 36 meses, contados a partir de janeiro de 2017 a dezembro de 2019, consubstanciado em projeções mensais do Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado de Exercício, Patrimônio Mínimo Ajustado e da Margem de Solvência, com um mínimo de 50% de alcance da meta estabelecida até junho de 2018, o PROSAN apresenta ações e metas para o pleno equilíbrio econômico-financeiro da operadora, com vistas à recuperação do Patrimônio Social, adequando-o também à exigibilidade de Patrimônio Mínimo Ajustado e margem de solvência, bem como a vinculação e a constituição dos ativos garantidores em montante suficiente a suportar as provisões técnicas constituídas nos termos da Resolução Normativa nº 392/2015, alterada pela Resolução Normativa nº 419/2016, observando ainda os ajustes de efeito econômicos, dispostos na IN DIOPE nº 50/2012.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e das Principais Práticas Contábeis Adotadas

As demonstrações financeiras da GEAP foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio da Resolução Normativa nº 290, de 27.02.2012 e alterações posteriores, consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades supervisionadas pela agência reguladora, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

a) Disponível

O Disponível inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem restrições para o resgate do valor aplicado antes de seu vencimento, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

A receita de contraprestação no mercado de saúde é reconhecida mensalmente, em relação ao período de vigência decorrido do convênio, então, para cada período de risco coberto pela operadora, haverá o reconhecimento da receita.

Anualmente a operadora de plano de saúde calcula os créditos de Operação de Assistência à Saúde baseado no histórico de utilizações dos eventos de despesas assistenciais/administrativas.

A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é constituída em conformidade com a legislação da ANS, que estabelece em havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, a totalidade do crédito deverá ser provisionada.

Além das Provisões para Perdas Sobre Créditos das Contraprestações a Receber, a Operadora realiza PPSC do saldo de coparticipação a receber (vincendas) dos beneficiários, com vencimento superior a 90 (noventa) dias.

c) Ativos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros (exceto por ativos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, e é determinada na data do reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria irrelevante.

iii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

iv. Baixa de ativos

A GEAP realiza a baixa de um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou quando transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade é reconhecida como resultado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão vinculados, em sua maior parte, a processos em discussão na esfera judicial. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

correspondentes provisões para causas judiciais, em razão do plano contábil da ANS RN Nº 390/2015, de 02.12.2015 não contemplar essa reclassificação. Adicionalmente, mensalmente são atualizados monetariamente.

e) Imobilizado

Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de perdas por *impairment*, se aplicável. O custo é deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por classe, avaliados pela administração como adequados e dentro de premissas de mercado (Nota Explicativa nº 5.5). Um item do imobilizado é baixado após sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A GEAP utiliza as seguintes taxas e prazos de depreciação do ativo imobilizado:

IMOBILIZADO	TAXA DE DEPRECIÇÃO	VIDA ÚTIL
Imóveis	2% a.a	50 anos
Máquinas e Equipamentos	10% a.a	10 anos
Sistemas de Processamentos de dados	20% a.a	5 anos
Móveis e Utensílios	10% a.a	10 anos
Veículos	20% a.a	5 anos

f) Redução ao valor recuperável de ativos

A GEAP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

Em 31.12.2018, após a revisão de seus ativos, a Entidade verificou que não houve impacto contábil.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Entidade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões de eventos a liquidar são reconhecidas no momento da apresentação das contas médicas/hospitalares na operadora.

j) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham possivelmente ocorrido, mas que não tenham sido avisados pelos prestadores de serviços assistenciais.

Desde de fevereiro de 2017, a operadora passou a utilizar metodologia atuarial para o cálculo da PEONA, em conformidade com o Artigo 10 da RN 393/2015, de 09.12.2015.

A confirmação de recebimento, pela ANS, da documentação de comunicação referente ao uso de metodologia atuarial para a Provisão de PEONA, se deu por meio do Ofício nº: 35/2017/COATU/GEHAE/GGAME/DIOPE.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Valores expresso em Reais Mil)

k) Provisão para causas judiciais

A operadora contabiliza os valores de 100% dos processos judiciais com expectativa de perda classificadas como prováveis, e divulga em Nota Explicativa os processos com expectativa de riscos possíveis de perda. Adicionalmente, a GEAP utiliza a metodologia de cálculo com base em perda histórica para os processos judiciais massificados.

l) Receitas e Despesas

A geração das receitas advém dos planos de assistência aos beneficiários e do rendimento das aplicações. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência, em conformidade com o período de cobertura do plano.

As despesas em sua grande maioria advém dos eventos indenizáveis, ou seja, pela utilização dos planos de assistência por parte dos beneficiários. Há também as despesas administrativas para gerir os planos de assistência. As despesas são contabilizadas pelo regime de competência seguindo as Resoluções Normativas nº 322, de 27.03.2013 e nº 390, de 02.02.2015, publicadas pela ANS.

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC

A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é constituída em conformidade com a legislação da ANS, que estabelece havendo pelo menos uma parcela vencida há mais de 90 dias, a totalidade do crédito deverá ser provisionada.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

Além das Provisões para Perdas Sobre Créditos das Contraprestações a Receber, a Operadora realiza PPSC do saldo de coparticipação a receber (vincendas) dos beneficiários, com vencimento superior a 90 (noventa) dias.

b) Provisão para causas judiciais

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham possivelmente ocorrido, mas que não tenham sido avisados pelos prestadores de serviços assistenciais. O valor dessa provisão é calculado seguindo metodologia própria da GEAP, pela qual se apura a diferença entre os valores totais de custos assistenciais projetados e aqueles já avisados.

Para projeção dos custos totais, utiliza-se a metodologia estatística de séries temporais sob a hipótese de que os custos assistenciais futuros terão o mesmo perfil de tendência e sazonalidade observados nos últimos seis anos, conforme permitido pela RN nº 393/15 e alterações posteriores.

5. Ativo

5.1 - Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de aplicações financeiras totaliza R\$ 871.665 (R\$ 883.877 em 2017). Este montante está integralmente alocado nos fundos BB RF CP Corp 10 MM, BB RF LP, BB REF DI TI TP LP e SANTANDER REF DI. Os títulos que compõem a

carteira de investimento dos referidos fundos estão classificados na categoria “títulos para negociação”. Desta forma, estão avaliados pelo valor de mercado, sendo suas quotas divulgadas pelas administradoras e os rendimentos reconhecidos pela variação das respectivas quotas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

a) Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

A ANS, em suas Resoluções Normativas nº 392/15 e alterações posteriores, determina que as Operadoras de planos de saúde garantam financeiramente suas operações, devendo observar os critérios de margem de solvência e Patrimônio Mínimo ajustado.

Desta forma, as Operadoras são obrigadas a fazer aplicações em contas vinculadas, para garantir os valores das provisões técnicas, principalmente o valor da PEONA.

A GEAP possui aplicações financeiras vinculadas à ANS no valor de R\$ 734.469 (697.041 em 2017) e não vinculadas R\$ 137.197 (186.836 em 2017) para garantir a suficiência de lastro das provisões técnicas.

A composição dos Investimentos consolidados está demonstrada no quadro a seguir:

INVESTIMENTOS	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
BB RF CP Corp 10 MM	Aberto	99.651	-
BB RF LP	Dedicado ANS	734.469	697.040
BB REF DI TI TP LP	Exclusivo	0	151.640
SANTANDER REF DI	Aberto	37.546	35.197
TOTAL		871.665	883.877

Abaixo, a composição das carteiras:

BB RF CP Corp 10 MM		
DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR
LFT	2018	4.011
Total		4.011
OP. COMPROMIS LONGA	2018	59.942
Total		59.942
OP. COMPROMIS OVER	2018	35.833
Total		35.833
BANCO DO BRASIL	Caixa	-
IMPOSTO DE RENDA		(133)
IOF		(3)
TOTAL GERAL		99.651

"As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

DESCRIÇÃO	VALOR
Títulos públicos federais	18.063
TOTAL	18.063
Depósitos a prazo e Tít. Financeiras	13.599
TOTAL	13.599
OP. COMPROMIS.	1.979
TOTAL	1.979
Títulos de crédito privado	3.379
TOTAL	3.379
Outras cotas de fundo de investimento	526
TOTAL	526
Taxas	-
TOTAL	-
TOTAL BANCO SANTANDER	37.546

BB RF LP - Dedicado ANS		
DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR
LFT	2018	555.756
Total		555.756
OP. COMPROMIS	2018	152.336
Total		152.336
BANCO DO BRASIL	Caixa	2
Total		2
LETRA FINANCEIRA	2018	26.866
Total		26.866
VALORIZAÇÃO	2018	27
Total		27
TITULOS PRIVADOS	2018	11
Total		11
TAXAS DIFERIDAS	2018	1
Total		1
IMPOSTO DE RENDA		530
IOF		
TOTAL GERAL		734.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

5.2 - Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Contraprestação Pecuniária a Receber	502.965	356.184	146.781	41,21%
Convênio a Receber (a)	824.049	518.098	305.951	59,05%
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC (b)	(321.084)	(161.914)	(159.170)	98,31%
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde (c)	39.451	39.486	(35)	(0,09%)
Participação dos Beneficiários em eventos Indenizáveis	48.055	48.256	(201)	(0,42%)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC	(8.604)	(8.770)	166	(1,89%)
Total	542.416	395.670	146.746	37,09%

a) Convênios a Receber

Refere-se ao montante a receber pela prestação de serviços da operadora em planos de assistência, médico-hospitalar e odontológica, devido pelas patrocinadoras e pelos participantes.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2018, por data de vencimento, é conforme segue:

CONVÊNIOS A RECEBER	2018	2017
A vencer	614.447	396.869
Vencidos de 1 a 30 dias	17.599	18.538
Vencidos de 31 a 60 dias	13.382	10.195
Vencidos de 61 a 90 dias	13.012	8.898
Vencidos há mais de 90 dias	205.060	180.851
Subtotal	863.500	615.351
(-) PPSC	(321.084)	(219.681)
TOTAL	542.416	395.670





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

Os valores demonstrados estão deduzidos da respectiva provisão para perda, pois estas são reconhecidas para os créditos em aberto há mais de 90 dias.

b) Provisão para Perdas sobre Créditos – PPSC

(R\$ Mil)

MOVIMENTAÇÃO PPSC	
Saldo Anterior (2017)	170.684
Constituição (b.1)	159.170
Reversão (b.2)	(166)
Saldo Atual (2018)	329.688

b.1) Constituição

A provisão no montante de R\$ 321.084 (R\$ 161.914 em 2017), refere-se aos valores de Títulos de Crédito Bancário - TCB das contribuições dos contratos em aberto há mais de 90 dias. Quando existir uma contribuição vencida há mais de 90 dias, também é contabilizada a provisão para perdas de créditos com menos de 90 dias, bem como as contraprestações a vencer no futuro, conforme legislação da ANS.

O aumento do valor no exercício se deu em decorrência do aumento da inadimplência por parte dos beneficiários.

b.2) Reversão

A medida que a GEAP realiza a cobrança, é feita a reversão para perda sobre créditos. Se após a cobrança o beneficiário atrasar o pagamento, é realizada a constituição da PPSC, de acordo com a regra abordada conforme letra “b1”.

c) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis

São valores a receber dos beneficiários a título de coparticipação em determinados procedimentos realizados, conforme previsto nos regulamentos dos planos de saúde, sendo esses valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

cobrados junto à mensalidade do plano, tendo como teto máximo de cobrança mensal 10% do valor do salário do participante. Estes valores são atualizados mensalmente pelo INPC.

Do montante de R\$ 39.451 (2017 – R\$ 39.486) de valores a receber de participação dos beneficiários em eventos, a operadora fez uma provisão para perdas sobre créditos no montante de R\$ 8.604 (2017 – R\$ 8.770). A provisão de recursos a receber no futuro, cujo vencimento é superior a 90 dias.

Para o saldo de participação é feita uma provisão para ajuste ao valor presente, sobre o valor dos últimos três meses da cobrança do aludido saldo de participação.

Desta forma, mensalmente é constituída a Provisão para Perdas Sobre Créditos do saldo de participação que ainda não foram cobrados dos beneficiários, pois a GEAP tem a regra de cobrança de 10% da remuneração do participante, conforme já abordado.

5.3 - Reclassificação contábil do exercício de 2017 de Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas

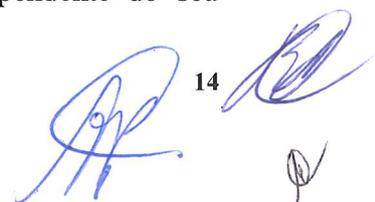
a) Reclassificação contábil de 2017

Em 2017, ocorreu a discussão junto ao IBRACON para a classificação contábil das Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT, cujo papel tem o vencimento a longo prazo, apesar da liquidez ser imediata. A interpretação foi de que o fato do título ter alta liquidez via mercado secundário não é suficiente para atender a definição de equivalente de caixa. Em outras palavras, a operadora pode vender a LFT a qualquer momento, mas não resgatá-la antecipadamente.

Mediante ao novo entendimento, em 2017, foram reclassificadas no Balanço Patrimonial os títulos de LFT de curto prazo para longo prazo, para efeito de publicação.

b) Classificação de aplicações financeiras LFT de 2018

Conforme abordado no item “a”, em 2017, foram reclassificadas no Balanço Patrimonial os títulos de LFT de curto prazo para longo prazo, contudo, o assunto foi submetido para análise da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que proferiu seu ponto de vista de que as LFT’s mesmo sendo aplicações de longo prazo, sua liquidez é de curto prazo, podendo ser resgatadas independente do seu



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

vencimento, portanto as operadoras podem registrar tanto no **Ativo Circulante** quanto **Ativo Não Circulante**, conforme entenderem mais adequado.

Com base no pronunciado pela DIOPE, que foi comunicado à Geap pela diretora fiscal da ANS por meio da Instrução Diretiva nº 14/3ª DF/GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, de 29 de novembro de 2018, a operadora realizou a reclassificação e registrou as aplicações em LFT's no ativo circulante, o que é favorável para os indicadores de equilíbrio econômico-financeiro da operadora.

5.4 - Créditos Tributários e Previdenciários

(RS Mil)	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	2018
INSS - 15% sobre despesas com cooperativas médicas (a)	245.895
Curto Prazo	19.162
Longo Prazo	226.733
INSS - 22,5% sobre despesas com médicos autônomos - Longo Prazo (b)	1.389
TOTAL	247.284

a) INSS - 15% sobre despesas com cooperativas médicas

Em 2017, foi julgado a favor da GEAP o Processo Judicial nº 0051772-31.2014.4.01.3400 referente a restituição de 15% de INSS sobre as despesas com cooperativas médicas dos últimos cinco anos, corrigido pela variação do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Estes créditos previdenciários estão sendo compensados no momento do pagamento do INSS sobre a folha de pagamento.

b) INSS - 22,5% sobre despesas com médicos autônomos

Processo Judicial nº 0034547-95.2014.4.01.3400, referente a restituição de 22,5% de INSS sobre as despesas com autônomos dos últimos cinco anos, corrigido pela variação da Selic. O referido processo foi registrado em 2017, pois o direito de restituição do crédito tributário é o mesmo citado no item 5.4 "a".

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)**

5.5 - Bens e Títulos a receber

BENS E TÍTULOS A RECEBER	(R\$ Mil)	
	2018	2017
Processo INAMPS 93.0004928-3 (Encargos) (a)	94.907	90.915
Empréstimos e Depósitos Compulsórios (b)	690	665
Outros (c)	27.481	898

a) Diferença de correção (TR para IPCA-E) a ser recebida, referente ao cumprimento de sentença do Processo nº 0040587-25.2016.4.01.3400 para emissão de precatório federal, prevista para 2019, referente aos encargos sobre as contribuições pagas em atraso da extinta patrocinadora Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (ex-INAMPS) do período de 1990 até 1993.

b) O Empréstimo de Férias é concedido aos funcionários, conforme determinado no Acordo Coletivo de Trabalho, descontado em folha de pagamento em até e no máximo 10 (dez) parcelas, atualizado pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC;

c) A conta de outros bens e títulos a receber fechou com o saldo de R\$ 27.480 em 2018, devido, principalmente, a valores a receber de prestadores de serviços que serão compensados nos próximos exercícios.

5.6 - Depósitos Judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS	2018	2017	(R\$ Mil)	
			Absoluta	Percentual
Depósitos Judiciais Eventos (a)	24.603	23.831	772	3,24%
Depósitos Judiciais Cíveis (b)	3.670	3.863	(193)	(4,99%)
Depósitos Judiciais Trabalhistas (c)	4.675	3.968	707	17,81%
Total	32.948	31.662	1.286	1,46%

a) São valores dados como garantia de depósito judicial de eventos para lastrear as Provisões Técnicas das Provisões de Eventos a Liquidar do ressarcimento ao SUS. O montante de R\$ 24.603 (R\$ 23.831 em 2017) é abatido do cálculo das Provisões de Eventos a Liquidar do SUS, registrado no passivo da GEAP. Os depósitos estão creditados em contas judiciais na Caixa Econômica Federal, onde são corrigidos pela variação da taxa SELIC;




NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

b) Tratam-se de discussões acerca de danos morais impetrados pelos beneficiários, divergência de valores a serem pagos aos prestadores de serviço e demais questionamentos judiciais, os referidos valores são atualizados pela Taxa Referencial – TR;

c) Referem-se às reclamações trabalhistas impetradas pelos ex-colaboradores da GEAP e depósitos recursais, os valores são atualizados pela TR, conforme extratos emitidos pela Caixa Econômica Federal.

5.7 - Ativo Imobilizado

A composição do Ativo Imobilizado é representada a seguir:

CUSTO				
Tipo de ativos	Saldo Inicial 31/12/2017	Adições	Baixa	Saldo Final 31/12/2018
Imóvel	1.764	-	-	1.764
Edificações	6.403	-	-	6.403
Reavaliação Edificações	1.567	-	-	1.567
Máquinas e equipamentos	2.612	270	313	2.568
Equipamento de Processamento de dados	15.981	2.446	2.536	15.891
Móveis e utensílios	6.874	380	551	6.703
Veículos	266	-	-	266
Total	35.467			35.163

DEPRECIACÃO ACUMULADA				
Tipo de ativos	Saldo Inicial 31/12/2017	Depreciação do período atual	Baixa	Saldo Final 31/12/2018
Reavaliação Edificações e Imóveis	1.394	145	-	1.539
Máquinas e equipamentos	1.371	204	(261)	1.314
Equipamento de Processamento de dados	10.033	2.359	(1.209)	11.184
Móveis e utensílios	3.678	439	(466)	3.650
Veículos	32	53	-	86
Total	16.508	3.201	(1.936)	17.773

Os bens são registrados pelo custo de aquisição, líquido da depreciação, levando em consideração as expectativas de vida útil dos bens.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)**

5.8 - Intangível

Neste grupo são registradas as licenças de software que estão demonstradas pelo custo de aquisição, deduzida amortização. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração as expectativas de vida útil econômica dos bens. No intangível ficou registrado o montante de R\$ 14.

INTANGÍVEL	2018				2017
	Aquisição	Baixa	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo
Licenciamento de Software	346	173	2.616	14	2.457
Total			2.616	14	2.457

Em 2018, a Entidade avaliou o valor recuperável de seu Ativo Imobilizado e Intangível e concluiu não haver perdas por *impairment*.

6. Passivo

6.1 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

PROVISÕES TÉCNICAS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Circulante	1.073.575	1.169.881	94.878	(8,23%)
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (a)	75.647	76.348	40.047	(0,92%)
Provisão de Eventos a Liquidar (b)	500.675	694.093	88.356	(27,87%)
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - Peona (c)	497.253	399.441	(33.524)	24,49%
Não Circulante	44.228	59.770	(15.542)	(26,00%)
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (d)	44.228	59.770	(15.542)	(26,00%)
Total	1.117.803	1.229.652	(111.848)	(9,10%)

a) Provisão de Eventos a Liquidar para SUS - Circulante

Nesta conta são registrados os valores de provisão de ressarcimento ao SUS, referentes às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores são registrados na

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)**

contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI. A ANS é responsável pela emissão e cobranças das ABI's referentes as despesas de ressarcimento ao SUS.

Do montante de R\$ 75.647, está parcelado o valor de R\$ 16.800 que corresponde a 12 parcelas registrados no curto prazo e atualizado pela variação da SELIC.

b) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL)

A composição do saldo da provisão de eventos a liquidar é conforme segue:

PROVISÕES TÉCNICAS	2018	2017	Variação 2018/2019	
			Absoluta	Percentual
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (a)	75.647	76.348	40.047	(0,92%)
Provisão de Eventos a Liquidar (b)	500.675	694.093	88.356	(27,87%)
Total	576.323	770.441	(194.118)	(25,20%)

Segue abaixo a composição das Provisões de Eventos a Liquidar do SUS e de outros prestadores de serviços de acordo com a idade de saldos:

PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
A Vencer	370.520	298.128	72.392	24,28%
Vencidos 1 a 30 dias	205.776	262.407	(56.631)	(21,58%)
Vencidos 31 a 60 dias	25	133.409	(133.384)	(99,98%)
Em aberto entre 61 a 90 dias	1	98	(97)	(99,35%)
Em aberto entre 91 a 120 dias	0	51	(50)	(99,41%)
Vencidos a mais de 120 dias	1	76.348	(76.347)	(100%)
Total	576.323	770.441	(194.118)	(25%)

Os valores dos Eventos Indenizáveis são registrados na data em que o prestador entrega as faturas na Operadora, em conformidade com as Resoluções Normativas da ANS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido avisados. A partir da data-base fevereiro/2017, foi adotada metodologia de cálculo própria, por meio da Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP desenvolvida pela GEAP.

O comunicado de recebimento pela ANS referente ao aludido uso de metodologia atuarial para PEONA, se deu pelo Ofício nº 35/2017/COATU/GEHAE/GGAME/DIOPE, de 27 de março de 2017.

Essa metodologia é avaliada trimestralmente pelo atuário da GEAP, que encaminha o Termo de Responsabilidade Atuarial – TRA para a ANS versando sobre a fidedignidade e consistência da provisão técnica (PEONA) calculada.

d) Provisão de Eventos a Liquidar para SUS – Não Circulante

Registramos as Provisões de Eventos a Liquidar SUS em longo prazo o montante R\$ 44.228, alusivo aos valores que irão vencer a partir de janeiro de 2020, com previsão de liquidação total até 2021. A Operadora possui depósitos judiciais no valor de R\$ 24.603 (R\$ 23.831 em 2017) referentes aos processos judiciais que foram inclusos no Programa Refinanciamento (REFIS), conforme Lei 12.996/14, de 18.06.2014 cuja atualização é feita com base na variação da taxa SELIC.

Também faz parte desse grupo de conta o valor de R\$ 19.625 (2017 – R\$ 35.939) referente ao parcelamento administrativo, que será pago a longo prazo, de despesas assistenciais com beneficiários atendidos pelo SUS, sua atualização é pela variação da SELIC. Esses valores são registrados na Contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI.

(R\$ Mil)

PROVISÕES DE EVENTOS A LIQUIDAR - SUS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Circulante	75.647	76.348	(700)	(0,92%)
Não Circulante	44.228	59.770	(15.542)	(26,00%)
Total	119.875	136.118	(16.242)	(11,93%)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

6.2 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Contribuições Previdenciárias	1.577	1.422	155	10,91%
Contribuições Retidas de Terceiros	646	974	(237)	(33,73%)
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.892	5.996	(104)	(1,74%)
Impostos Sobre Serviço Retido na Fonte	4.827	4.586	241	5,26%
FGTS a Recolher	1.025	972	53	21,65%
Salário Educação a Pagar	212	204	9	21,42%
Pis s/ Folha de Pagamento	151	146	5	139,48%
PIS/COFINS/CSLL Retido	7.945	8.806	(861)	43,33%
Total	22.275	23.106	(740)	(3,60%)

Neste grupo são registrados todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativo e de pessoal, como contribuições previdenciárias, FGTS, Salário Educação e ISS.

6.3 Débitos Diversos

DÉBITOS DIVERSOS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Obrigações com Pessoal (a)	21.465	20.613	852	4,13%
Fornecedores (b)	7.188	8.019	(831)	(10,36%)
Programas Assit. E Culturais ao Participantes (c)	11.413	15.048	(3.636)	(24,16%)
Outros Débitos a Pagar (d)	23.523	26.819	(3.296)	(12,29%)
Multas administrativas ANS parceladas	10.988	12.302	(1.315)	(10,69%)
Multas administrativas ANS não parceladas	10.903	11.234	(331)	(2,95%)
Outros	1.633	3.283	(1.650)	(50,26%)
Total	63.588	70.499	(6.910)	(9,80%)

a) São registrados os valores das obrigações com os colaboradores, tais como: salários, rescisão, pensão alimentícia, auxílio creche, seguro *per capita*, gastos com previdência complementar, plano de saúde, aumento salarial, provisão de férias e demais despesas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

b) São registrados os valores gastos com fornecedores de serviços e bens administrativos, com destaque para os serviços contratados de limpeza e conservação e o serviço prestado pelo SERPRO para realizar a cobrança no contracheque dos beneficiários dos planos de saúde administrados pela Geap;

c) São registrados os valores de gastos com Programas de Promoção a Saúde, tanto a parte administrativa quanto a parte assistencial dos Programas;

d) São registrados os valores gastos com as demais operações, valores de aluguéis a pagar, despesas bancárias e parcelamento de multas e multas administrativas da ANS.

Ficou registrado nas contas de outros débitos a pagar o montante de R\$ 23.523 (2017 - R\$ 26.819). O valor mais relevante é basicamente das despesas com parcelamento das Multas de R\$ 10.988 (2017 - R\$ 12.302) e Multas administrativas da ANS não parceladas no valor de R\$ 10.903 (2017 - R\$ 11.234).

O montante de R\$ 10.903 (R\$ 11.234 em 2017) se refere às provisões de multas administrativas da ANS que ainda estão em fase de análise e ainda não ocorreu a emissão da Guia de Recolhimento da União – GRU.

As multas administrativas pecuniárias da ANS são provenientes de negativa de atendimento, negativa de material, OPME – Órtese, Prótese e Materiais Especiais, substituição da rede de serviço e reembolso de procedimentos.

As multas são classificadas entre circulante e não circulante devido a acordos de parcelamentos.

MULTAS PECUNIÁRIAS ANS A PAGAR	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Circulante	22.361	26.134	(3.773)	(14,44%)
Não Circulante	50.312	73.780	(23.468)	(31,81%)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

6.4 - Passivo não circulante

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (a)	44.228	59.770	(15.542)	(26,00%)
Provisão para Ações Judiciais (b)	69.679	77.927	(8.248)	(10,58%)
Débitos Diversos (c)	50.312	73.780	(23.468)	(31,81%)
Total	164.219	211.477	18.123	(22,35%)

a) Provisão de Eventos a Liquidar do SUS

Foram provisionados os valores de despesas com Ressarcimento ao SUS, referentes aos parcelamentos realizados em até 60 (sessenta) meses, que irão vencer a partir de janeiro de 2020.

b) Provisão para Ações Judiciais

A GEAP é parte ré em processos judiciais e administrativos de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela GEAP guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Descrição	2018	
	Quantidade de Processos	Valor (R\$)
AÇÕES JUDICIAIS PAGAS		
Processo 0050433-78.2017.8.17.2001 (a)	1	1.164
Processo 10396-60.2017.401.3400 (b)	1	735
Processo 0019219-02.2010.8.26.0114 (c)	1	246
Processo 0004231-22.2011.8.15.0251 (d)	1	221
Processo 0011624-82.2017.5.18.0015 (e)	1	208
Processo 0012796-30.2016.8.26.0562 (f)	1	205
Processos abaixo de R\$ 200 mil	536	8.886
Total	542	11.665

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

(a) Processo 0050433-78.2017.8.17.2001, pagamento no valor de R\$ 1.164 – Trata-se de ação de indenização da vara cível, a autora requer o pagamento da indenização por danos morais;

(b) Processo 10396-60.2017.401.3400, pagamento no valor de R\$ 735 – Trata-se de ação de anulatória da vara federal, a autora requer a suspensão do seu nome em cadastro de dívida ativa, mais multa;

(c) Processo 0019219-02.2010.8.26.0114, pagamento no valor de R\$ 246 – Trata-se de ação ordinária da vara cível, a autora requer o pagamento dos serviços prestados;

(d) Processo 0004231-22.2011.8.15.0251, pagamento no valor de R\$ 221 – Trata-se de ação ordinária da vara cível, o autor requer reembolso pelas despesas médicas;

(e) Processo 0011624-82.2017.5.18.0015, pagamento no valor de R\$ 208 – Trata-se de ação trabalhista da vara do trabalho, a autora requer o pagamento do FGTS mais 40% de todo vínculo empregatício;

(f) Processo 0012796-30.2016.8.26.0562, pagamento no valor de R\$ 205 – Trata-se de ação de cumprimento de sentença da vara cível, a autora requer o fornecimento de medicamento, mais danos morais.

O restante do valor de pagamentos dos demais Processos (R\$ 8.886), está pulverizado em obrigação de fazer e danos morais.

b.1) Risco Provável

AÇÕES JUDICIAIS	2018	2017
Cíveis	64.117	72.816
Trabalhistas	5.562	5.111
Total	69.679	77.927

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

Neste grupo estão registrados os valores referentes aos contingenciamentos, decorrentes de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva, cuja probabilidade de perda financeira é considerada provável.

Os principais litígios classificados como prováveis são:

Descrição	2018	
	Quantidade de Processos	Valor (R\$)
Processo 18244-97.2014.4.03.6100 (a)	1	3.669
Processo 1006838-63.2017.4.01.3400 (b)	1	1.305
Processo 0021628-46.2010.8.19.0210 (c)	1	850
Processo 0025613-40.2006.8.14.0301 (d)	1	751
Processo 1003469-61.2017.401.3400 (e)	1	705
Processo 0012905-17.2009.8.19.0002 (f)	1	420
Processo 0014379-78.2015.8.21.0027 (g)	1	410
Processo 0130804-49.2003.8.19.0001 (h)	1	390
Processo 0003575-11.2015.8.19.0026 (i)	1	323
Processos acima de R\$ 100 mil	34	5.136
Processos de R\$ 50 mil à R\$ 100 mil	210	14.271
Processos abaixo de R\$ 50 mil	3.039	41.449
Total	3.292	69.679

(a) Processo nº 18244-97.2014.4.03.6100, com valor estimado de R\$ 3.669 – Trata-se de ação com a matéria trabalhista da vara federal, a autora requer a suspensão da exigibilidade da contribuição social previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001;

(b) Processo nº 1006838-63.2017.4.01.3400, com valor estimado de R\$ 1.305– Trata-se de ação anulatória da vara federal, a autora requer a anulatória das multas pecuniárias da ANS no processo administrativo nº 33902.483216/2013-17, em 12.07.2017 foi realizado depósito judicial no valor de R\$ 1.182;

(c) Processo nº 0021628-46.2010.8.19.0210, com valor estimado de R\$ 850 – Trata-se de ação ordinária da vara cível, a autora requer indenização por dano moral alega que a ré atrasou a autorização de materiais para cirurgia;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

- (d) Processo 0025613-40.2006.8.14.0301, com valor estimado de R\$ 751 – Trata-se de ação ordinária da vara cível, o autor requer indenização por dano moral e reembolso pelas despesas médicas;
- (e) Processo 1003469-61.2017.401.3400, com valor estimado de R\$ 705 – Trata-se de ação anulatória da vara federal, a autora requer a anulatória das multas pecuniárias da ANS no processo administrativo nº 25780.002966/2014-86, suspensão de eventual inscrição no Cadin ou em cadastro de dívida ativa, em 01.06.2017 foi realizado depósito judicial no valor de R\$ 629;
- (f) Processo 0012905-17.2009.8.19.0002, com valor estimado de R\$ 420 – Trata-se de ação de obrigação de fazer da vara cível, a autora requer que a ré autorize e forneça os materiais para cirurgia, bem como indenização por dano moral;
- (g) Processo 0014379-78.2015.8.21.0027, com valor estimado de R\$ 410 – Trata-se de ação ordinária da vara cível, o autor requer o ressarcimento dos valores pagos com tratamento de saúde;
- (h) Processo 0130804-49.2003.8.19.0001, com valor estimado de R\$ 390 – Trata-se de ação de cobrança da vara cível, o autor requer o pagamento pelos serviços prestados;
- (i) Processo 0003575-11.2015.8.19.0026, com valor estimado de R\$ 323 – Trata-se de ação de cobrança da vara cível, o autor requer o pagamento da prestação de serviços;
- (j) São 34 processos diversos massificados em obrigação de fazer e danos morais que variam de R\$100 mil a R\$ 250 mil, perfazendo um montante de R\$ 5.136;
- (k) São 210 processos diversos massificados em obrigação de fazer e danos morais que variam de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil, perfazendo um montante de R\$ 14.271;
- (l) São 3.039 processos diversos massificados em obrigação de fazer e danos morais que são abaixo de R\$ 50 mil, perfazendo um montante de R\$ 41.449.

A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas para o exercício findo em 31 de dezembro 2018 é conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

	2018			2017		
	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL
Saldo inicial	72.816	5.111	77.927	69.241	5.102	74.343
Constituição	8.831	1.988	10.819	20.233	1.922	22.155
Reversão	(6.394)	(1.008)	(7.402)	(4.626)	(788)	(5.414)
Baixas por pagamentos	(11.136)	(529)	(11.665)	(13.465)	(1.231)	(14.696)
Saldo Final	64.117	5.562	69.679	71.383	5.005	76.388

A constituição das provisões para riscos cíveis no valor de R\$ 8.831 (2017 → R\$ 20.233) referem-se a diversos processos, principalmente por discussões acerca de danos morais impetrados pelos beneficiários.

As baixas de pagamentos no montante de R\$11.665 (2017 → R\$ 14.696), referem-se principalmente à danos morais.

b.2) Risco Possível

Abaixo demonstramos a composição dos litígios classificados como risco de perda possível relativos ao Plano de Assistência e Saúde, tendo a Entidade como ré, e os respectivos riscos financeiros:

	2018	2017
Riscos trabalhistas	3.662	3.182
Riscos cíveis	83.664	134.516
Riscos fiscais	363.314	354.076
Total	450.640	491.774

Os principais litígios classificados como possíveis são:

- Processo nº 20043400016471-7, com valor estimado de R\$ 222.426 – Trata-se de ação tributária de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, na época em que a atividade principal da Entidade era classificada como Previdência Complementar;

- Processo nº 20043400017553-1, com valor estimado de R\$ 137.133 – Trata-se de uma ação tributária de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, na época em que a atividade principal da Entidade era classificada como Previdência Complementar;



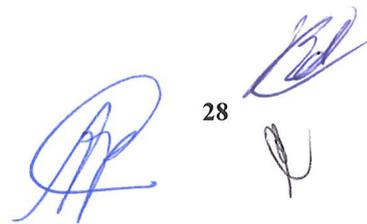


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

- Processo nº 0162304-42.2016.8.06.0001, com valor estimado de R\$ 5.000 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer a nulidade do reajuste de custeio;
- Processo nº 0800625-64.2018.8.18.0140, com valor estimado de R\$ 3.755 – Trata-se de ação tributário de Imposto Sobre Serviço – ISS sobre o faturamento;
- Processo nº 0437409-78.2016.8.19.0001, com valor estimado de R\$ 2.511 – Trata-se de ação monitória da vara cível, o autor requer o pagamento dos serviços prestados;
- Processo nº 0071073-05.2015.8.19.0001, com valor estimado de R\$ 2.000 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer a reintegração ao rol de credenciados, mais danos morais;
- Processo nº 0030760-60.2000.4.02.5101, com valor estimado de R\$ 2.000 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer a aplicação da multa cível em dobro;
- Processo nº 0815272-45.2016.8.20.5001, com valor estimado de R\$ 1.760 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer indenização por danos morais;
- Processo nº 0807966-73.2018.8.20.5124, com valor estimado de R\$ 1.500 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer indenização por danos morais;
- Processo nº 0008938-08.2017.4.01.3400, com valor estimado de R\$ 1.491 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer a nulidade do reajuste do custeio;
- Processo nº 0007021-57.2017.8.19.0024, com valor estimado de R\$ 1.004 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer reembolso e indenização por danos morais;
- Processo nº 0011021-15.2009.8.08.0048, com valor estimado de R\$ 1.000 – Trata-se de ação da vara cível, o autor requer indenização por danos morais.

b.3) Composição dos depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ ou remotas:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

(R\$ Mil)

Descrição	2018	2017
Depósitos Judiciais Eventos	24.603	23.831
Depósitos Judiciais Cíveis	3.670	3.863
Depósitos Judiciais Trabalhistas	4.675	3.968
Total	32.948	31.662

c) Débitos Diversos

O saldo corresponde ao parcelamento de multas administrativas da ANS, pelo descumprimento de obrigações legais, principalmente por não garantir o atendimento aos beneficiários dentro dos prazos estabelecidos pela Agência reguladora, a pagar a curto e longo prazo, registrado em “Outros Débitos a Pagar”, conforme Nota 6.3.

(R\$ Mil)

IDADE SALDO PARCELAMENTO MULTAS ANS		
Vencimento	2018	2017
2019	-	12.303
2020	10.988	12.303
2021	10.988	12.302
2022	10.363	36.872
acima de 2023	17.972	-
Total	50.311	73.780

7. Patrimônio Social

Constituído de acordo com o regulamento da Operadora e destina-se à manutenção do seu equilíbrio objetivando cobertura das oscilações de custos. É apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as receitas e despesas da GEAP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

O Patrimônio Social da GEAP em 31.12.2018 é de R\$ 497.848 (R\$201.916 em 2017), conforme a seguir:

(R\$ Mil)		
PATRIMÔNIO SOCIAL	2018	2017
Patrimônio Social	7.505	7.505
Superávit/Déficit Acumulado	490.343	194.411
Total	497.848	201.916

8. Demonstração do Resultado do Exercício

8.1 - Contraprestações Líquidas

Referem-se às contraprestações das Patrocinadoras e dos beneficiários, titulares e dependentes dos Planos GEAPSaúde, GEAPFamília, GEAPClássico, GEAPEssencial, GEAPReferência, GEAPSaúde Vida, GEAPReferência Vida, GEAP para Você AM, GEAP para Você DF, GEAP para Você PE, GEAP para Você ES, GEAP para Você SC, GEAP para Você MG, GEAP para Você MS, GEAP para Você RJ, GEAP para Você RS, GEAP para Você PB, GEAP para Você PR, GEAP para Você GO, GEAP para Você PA.

CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Receita <i>per capita</i>	549.821	599.646	(49.825)	(8,31%)
Receita de Contribuição	3.516.668	3.046.553	470.115	15,43%
Seguro Remissão	1.074	0	1.074	0,00%
Total	4.067.563	3.646.199	421.364	11,56%

Com a avaliação atuarial do novo custeio e a aplicação de seu reajuste a partir de fevereiro de 2018, a receita de contraprestações foi ampliada em apenas 11,56%, devido liminares judiciais contra o reajuste nas mensalidades, movidas pelas Associações e Sindicatos dos Servidores públicos federais, bem como à evasão de beneficiários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

A receita *per capita* passou de R\$ 599.646 (em 2017) para 549.821 (em 2018), gerando um decréscimo de 8,31% nas contraprestações líquidas.

8.2 - Eventos Indenizáveis Líquidos

Registram-se os valores de eventos conhecidos e indenizações de todos os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos prestados aos beneficiários titulares e dependentes de todos os planos de saúde da GEAP.

EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Despesas Médicas e Odontológicas	3.236.084	3.171.564	64.519	2,03%
Varição da Peona	97.812	45.541	52.271	114,78%
Total	3.333.895	3.217.105	116.790	3,63%

Os Eventos Indenizáveis Líquidos contabilizados são compostos pelas despesas médicas e odontológicas R\$ 3.224.130 (R\$ 3.116.832 em 2017), ressarcimento ao SUS R\$ 11.954 (R\$ 54.73 em 2017) e a variação da PEONA R\$ 97.812 (R\$ 45.541 em 2017).

8.3 - Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Outras Despesas com Operações de Planos (a)	79.623	52.838	26.784	50,69%
Tarifa com Cobrança (a.1)	8.999	10.062	(1.063)	(10,56%)
Apólices e Contratos (a.2)	12.222	8.927	3.295	36,91%
Reclamações Judiciais por Danos Morais	37.325	15.608	21.717	139,14%
Consultorias Prestadas por Terceiros (a.3)	20.766	7.108	13.657	192,13%
Anistia de créditos por óbito de beneficiários	0	11.134	(11.134)	(100%)
Programas de Prom. da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças (b)	99.093	92.880	6.213	6,69%
Provisão para Perdas sobre Créditos – PPSC (c)	56.698	20.711	35.987	173,76%
Recuperações de outras Despesas operacionais (d)	(2.331)	(2.386)	54	(2,27%)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde (e)	8.801	7.065	1.736	24,58%
Total	241.884	171.108	70.775	41,36%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

São registradas as variações da Provisão para Perdas Sobre Créditos, as demandas para ações cíveis, despesas com Programas de Promoção à Saúde, conforme segue:

a) Outras Despesas com Operações de Planos – Registram nesta conta os valores com confecção de carteiras e reclamações judiciais. O montante registrado é de R\$ 79.623 (R\$ 52.838 em 2017).

a.1) As despesas com cobrança referem-se principalmente aos gastos com tarifas bancárias no montante de R\$ 8.999 (R\$ 10.062 em 2016);

a.2) Em observância a RESOLUÇÃO/GEAP/CONAD N° 230/2017, de 26.07.2017 foi contratado seguro para remissão e assistência funeral familiar em substituição à anistia total de débitos em decorrência do falecimento de beneficiários;

a.3) Foram contratadas empresas especializadas em gestão de operadoras de planos de saúde, para planejamento da redução de gastos com despesas operacionais e melhoria na qualidade do atendimento aos beneficiários a saber:

a.3.1) Contrato de assessoramento, gerenciamento e renegociação de tabela com a rede credenciada, bem como acompanhamento de pacientes internados no montante de R\$8.486;

a.3.2) Consultoria de monitoramento das internações hospitalares no montante de R\$1.385;

a.3.3) Serviços de consultoria para captação de beneficiários/servidores públicos no montante de R\$7.443;

a.3.4) Outros serviços de consultoria diversas tais como contrato de metas no montante de R\$3.452.

b) Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças - Registram-se gastos de investimentos em diversos Programas de Promoção à Saúde e prevenção de riscos e doenças, que no exercício somam R\$ 99.093 (R\$ 92.880 em 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

PROGRAMAS DE PROM. DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Hiperdia	5.882	4.935	947	19,20%
Programa de Gerenciamento de Casos Crônicos - PGC	61.325	58.155	-	-
Maturidade Saudável	8.921	7.459	1.462	19,60%
Movimente-se c/Saúde	1.175	1.161	14	1,24%
Saúde da Mulher	10.977	11.110	(133)	(1,20%)
Expande	1.468	1.230	237	19,26%
Criança e Adolescente	558	420	139	33,05%
Saúde do Homem	2.796	4.524	-1.728	(38,19%)
Saúde Mental	5.990	3.885	2.104	54,16%
Total	99.093	92.880	6.213	6,69%

c) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC - Nesta rubrica estão registradas as provisões para perdas sobre os créditos, referente às contribuições dos beneficiários, em 2018 totalizou R\$ 56.698 (R\$ 20.711 em 2017).

d) Recuperações de outras Despesas operacionais – Registram-se os valores de recuperação de despesas assistenciais médicas e odontológicas, que totalizou R\$ 2.331 e (R\$ 2.386 em 2017).

e) Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde - Nesta rubrica estão registradas as despesas com convênio de reciprocidade e exames periódicos no montante de R\$ 8.801 (R\$ 7.065 em 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

8.4 - Despesas Administrativas

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Pessoal Próprio	199.335	178.698	20.637	11,55%
Serviços de Terceiros	19.567	34.258	(14.691)	(42,88%)
Localização e Funcionamento	43.963	49.929	(5.967)	(11,95%)
Publicidade de Propaganda	2.584	2.596	(12)	(0,46%)
Tributos	1.755	1.709	46	2,71%
Multas ANS	6.805	22.428	(15.622)	(69,66%)
Despesas Administrativas Diversas	45.379	74.513	(29.134)	(39,10%)
Despesas com Publicações	2	240	(238)	71,43%
Danos Morais	5.863	4.668	1.195	25,60%
Custas Processuais	2.832	1.854	979	94,14%
Despesas Judiciais - Honorários Judiciais	36.143	67.314	(31.171)	(46,31%)
Despesas Judiciais - Multa	434	370	64	4,22%
Despesas Indenização Beneficiário por dano	105	67	38	378,57%
Total	319.388	364.131	(44.742)	(12,29%)

Este grupo é composto pelas despesas com pessoal, prestação de serviços, ocupação e funcionamento, publicidade e propaganda, impostos, taxas, contribuições, provisões e demais despesas necessárias ao funcionamento da entidade.

8.5 - Resultado Financeiro Líquido

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRO LÍQUIDO	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Receitas de Aplicações Financeiras (a)	59.745	82.439	(22.694)	(27,53%)
Receitas por Recebimento em Atraso (b)	19.359	6.513	12.847	197,26%
Outras Receitas Financeiras (c)	65.580	351.153	(285.574)	(81,32%)
Total receitas Financeiras	144.684	440.105	194.186	(67,13%)
Despesas Financeiras Operações de Assistência a Saúde (d)	(12.432)	(12.275)	(157)	1,28%
Outras Despesas Financeiras (e)	(10.401)	(53.244)	42.843	(80,47%)
Total despesas Financeiras	(22.833)	(65.518)	42.685	(65,15%)
Total	121.851	374.587	236.871	(67,47%)

"As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

a) Compõem-se da apropriação das receitas auferidas pela aplicação de recursos no mercado financeiro, atualização monetária dos depósitos judiciais, receitas por recebimento em atraso e descontos obtidos.

Ocorreu um decréscimo nas receitas financeiras em 2018 que se deu, principalmente, devido à diminuição da SELIC.

b) Receitas por Recebimento em Atraso – Trata-se da atualização das contribuições recebidas em atraso. Em 2018 houve uma receita de R\$ 19.359 (R\$ 6.513 em 2017).

c) Outras Receitas Financeiras – Nesta conta o montante de R\$ 65.580, que foram registrados os processos judiciais, conforme descrito abaixo:

c.1) Êxito verificado no Processo nº 0051772-31.2014.4.01.3400, referente a restituição de 15% de INSS sobre as despesas com cooperativas médicas dos últimos cinco anos, no valor de R\$ 1.750;

c.2) Êxito verificado no Processo nº 0034547-95.2014.4.01.3400, referente a restituição de 22,5% de INSS sobre as despesas com autônomos dos últimos cinco anos, no valor de R\$ 13.787;

c.3) Diferença de correção (TR para IPCA-E) a ser recebida, referente ao cumprimento de sentença do Processo nº 0040587-25.2016.4.01.3400 alusivo ao precatório dos encargos de atraso da patrocinadora Ex-INAMPS, no valor de R\$ 3.992, conforme Acórdão do Relator Ministro Luiz Fux, no Recurso Extraordinário nº 870.974;

c.4) Receitas de encargos sobre o saldo de coparticipação a receber dos beneficiários, atualizado pela variação do INPC de R\$ 2.204 (R\$ 1.510 em 2017);

c.5) Créditos judiciais de multas da ANS, no valor de R\$ 15.251.

c.6) Conversão em renda referente a desconto de juros e multas REFIS-ANS de R\$ 17.834.

c.7) Êxito verificado no Processo nº 88410-63.2014.4.01.3400, referente ao crédito da taxa de saúde suplementar, no valor de R\$ 5.383;

c.7) Demais receitas referentes a depósitos judiciais e atualizações, no valor de R\$ 5.379;



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)**

d) Despesas Financeiras – São registradas as despesas com atualização dos parcelamentos das Multas da ANS e do Ressarcimento ao SUS de R\$ 12.432 (R\$ 12.275 em 2017).

e) Outras Despesas Financeiras – São registradas as despesas com Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, no valor de R\$ 10.401 (R\$ 53.244 em 2017), referente aos investimentos.

9. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Salários, Encargos e Benefícios.	2.399	2.424	(25)	(1,03%)
Plano de Previdência (Parte Empresa)	44	13	31	238,46%
Seguro de Vida (Parte Empresa)	1	0	1	0%
Plano de saúde (Parte Empresa)	9	4	5	125%
Diárias	73	106	(33)	(31,13%)
TOTAL	2.526	2.547	(21)	(0,82%)

10. Gestão de Riscos Financeiros

A GEAP está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas com as despesas assistenciais. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde na Operadora, destacam-se:

a) Riscos de taxas de juros

A GEAP está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de suas aplicações em renda fixa (Nota 5.1).

b) Risco de crédito

O risco de crédito é associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus participantes ou patrocinadores, sendo este atenuado pela cobrança a uma base pulverizada e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A GEAP também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e vencimento de curto prazo. Adicionalmente há o risco de crédito para os créditos relativos a operações com planos de saúde e títulos e créditos a receber.

c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a GEAP está sujeita, refletindo o ambiente de suas operações e os compromissos com os resultados que a Entidade tem para com os participantes, funcionários, órgãos reguladores e sociedade. A GEAP monitora os riscos operacionais através do procedimento de auto avaliação de riscos e controles, atualizado anualmente.

A GEAP participa de operações que envolvem instrumentos financeiros que se destinam a atender as suas necessidades próprias. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria, visando atender a Resolução Normativa nº 344, de 20.12.2013 da ANS e ao CPC 03.

(R\$ Mil)

	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Absoluta	Percentual
Ativos financeiros				
Disponível	2.527	4.600	(2.074)	4239,62%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	871.665	883.877	(12.212)	(1,38%)
Aplicações financeiras	871.665	883.877	(12.212)	(1,38%)
Recebíveis mensurados ao custo amortizado	570.587	397.233	(72.072)	43,64%
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a Receber	502.965	356.184	146.781	41,21%
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	39.450	39.486	(997)	(0,09%)
Títulos e créditos a receber (circulante e não circulante)	28.171	1.563	26.608	1701,98%
Passivos financeiros ao custo amortizado	7.188	8.019	(831)	(10,36%)
Fornecedores	7.188	8.019	(831)	(10,36%)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

11. Cobertura De Seguros

A GEAP adota política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas são estendidas a todos os imóveis de suas gerências regionais e de sua sede administrativa, com valor de sinistro limitado a R\$ 18.147.670,88, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

12. Demonstração De Resultado Abrangente

A Fundação, por sua natureza jurídica, não possui a figura dos sócios, nem tão pouco transações de capital com estes (aumento ou devolução de capital, distribuição de lucro, etc.).

Ademais, a Resolução Normativa Nº 290, de 27.02.2012 e alterações posteriores, preconiza que a publicação das Demonstrações Financeiras deve estar em conformidade com os modelos padronizados pela aludida Norma Contábil, que não inclui a DRA.

Desta forma, não havendo informações a ser inserida na DRA, a GEAP não elabora esta Demonstração, limitando-se à DRE e a DMPS para informações de resultado líquido e mudanças no Patrimônio.

13. Eventos Subsequentes

A partir de fevereiro de 2019, a operadora irá reajustar as contraprestações dos planos de saúde em 9,76% (nove vírgulas setenta e seis por cento), para o cumprimento das metas do Programa de Saneamento - PROSAN, em conformidade com a RESOLUÇÃO/GEAP/CONAD Nº 342, de 28.12.2018.

14. Conciliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde podem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto e/ou indireto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)

Conciliação Fluxo de Caixa Operacional	2018	2017
Resultado Líquido	295.932	243.036
Ajustes para Conciliação do Resultado Líquido com a Geração de Caixa das Atividades Operacionais:	8.007	2.809
Depreciações	2.851	2.133
Amortizações	2.616	2.927
Ganho / Perda na Alienação de Bens	162	80
Provisão (Reversão) Contingência	2.378	(2.331)
Resultado Líquido Ajustado	303.939	245.845
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(168.914)	(427.591)
Aplicações Financeiras	(415.163)	269.077
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(146.746)	(61.045)
Créditos Tributários e Previdenciários	(4.678)	(17.727)
Bens e Títulos a Receber	(26.608)	133.117
Despesas Antecipadas	(687)	(1.273)
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	426.255	(749.283)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.286)	(456)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(133.103)	193.115
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(111.848)	167.955
Débitos de Operações de Assistência Saúde	18.139	2.188
Débitos de Oper. Assist. a Saúde Não Relaç.. Com Plano de Saúde da Operadora	63	(62)
Provisões	(8.248)	3.584
Tributos e Contribuições a Recolher	(831)	4.700
Débitos Diversos	(30.378)	14.751
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.922	11.369

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expresso em Reais Mil)



RENATO ALVES CUNHA
Diretor Executivo Interino
CPF: 307.152.818-36



NATHALINO DA SILVEIRA GAMA BRITO
Diretor Financeiro
CPF: 056.969.842-15



ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CRC: 10.279 / DF



ADILSON MORAES DA COSTA
Atuário – MTE/RJ 1.032
CPC: 006.820.597-06